



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUDESTE DE MINAS GERAIS



PROFEPT

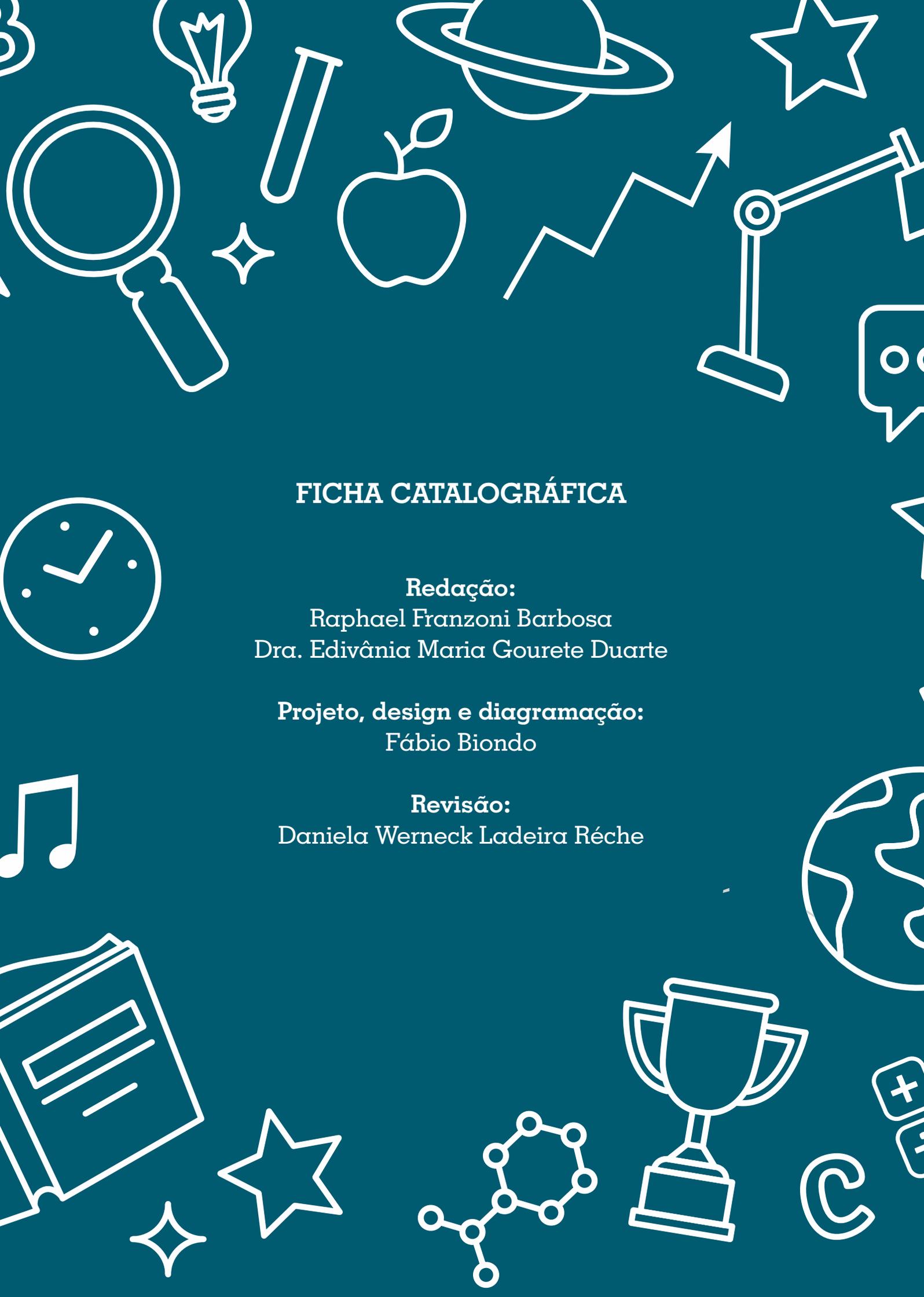
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL
SUDESTE DE MINAS GERAIS



Manual da Comissão de Permanência e Êxito

RAPHAEL FRANZONI BARBOSA E EDIVÂNIA MARIA G. DUARTE



FICHA CATALOGRÁFICA

Redação:

Raphael Franzoni Barbosa
Dra. Edivânia Maria Gourete Duarte

Projeto, design e diagramação:

Fábio Biondo

Revisão:

Daniela Werneck Ladeira Réche

SOBRE OS AUTORES



Raphael Franzoni Barbosa é natural da cidade de Leopoldina-MG, graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela AVM Educacional LTDA e Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo IF SUDESTE MG. Exerce o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais desde 2013, trabalhando no CEFET-MG, Campus Leopoldina, no setor da Coordenação Pedagógica.



Edivânia Maria G. Duarte é docente do IF Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, atua no mestrado ProfEPT e nos cursos Técnico em Agroecologia e Técnico em Meio Ambiente. Possui graduação em Agronomia pela UFV, licenciatura em Biologia pela UNIFRAN, mestrado e doutorado em Solos e Nutrição de Plantas pela UFV. Trabalhou na Casa Familiar Rural de Pacajá-PA, na Escola Família Agrícola Puris, em Araponga-MG, tendo experiência na área de Pedagogia da Alternância, Educação do Campo, Metodologias da Pesquisa, além das áreas técnicas de Manejo Agroecológico do Solo, Sistemas Agroflorestais, Manejo Sustentável de Florestas e Permacultura.

APRESENTAÇÃO

Este manual é resultado da pesquisa-ação desenvolvida para a dissertação de mestrado “Evasão e Reprovação no Ensino Médio Integrado do CEFET/MG Campus Leopoldina: Uma proposta de manual para a Comissão de Permanência e Êxito”. Sua construção foi requisito para a obtenção do grau de mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, *Campus Rio Pomba*.

O presente instrumento foi desenvolvido a partir dos resultados positivos alcançados com a criação da Comissão de Permanência e Êxito (CPE), no combate ao alto índice de evasão e reprovação escolar verificado, especialmente, nas turmas de 1º ano dos cursos técnicos integrados. Foram realizados levantamentos de dados com os estudantes, rodas de conversas com os profissionais e representantes discentes, palestras, acompanhamento e supervisão dos educandos. Estabeleceu-se também um canal de comunicação mais eficiente com a CPE por meio da criação do blog para integração de todos os envolvidos.

Contudo, é importante ressaltar que o trabalho da CPE permanece em um processo contínuo, sendo necessário que os profissionais experimentem também novos caminhos, novas “frentes” de trabalho, reflexões e estudos para se chegar aos resultados desejados.



OBJETIVO

Este manual tem como propósito subsidiar o trabalho de instituições educativas no combate à evasão e reprovação escolar, além de inserir o tema na pauta de discussão dos servidores de setores diretamente relacionados aos estudantes, buscando estratégias de intervenção e mobilização da instituição, por meio da ação coletiva, para uma contribuição mais efetiva no acompanhamento dos estudantes durante o ano letivo.

O manual poderá impulsionar outros profissionais e instituições educativas na implementação de medidas de apoio ao discente, visando ao seu êxito e permanência na instituição.

SUMÁRIO

ENTENDENDO A EVASÃO E REPROVAÇÃO _____	07
O PAPEL DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO _____	09
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA COMISSÃO:	
Passo 1 - É importante ter uma coordenação _____	12
Passo 2 - Composição da Comissão _____	13
Passo 3 - Espaço físico reservado à Comissão _____	14
Passo 4 - Planejamento das reuniões _____	15
Passo 5 - Metodologia de trabalho da Comissão _____	16
Passo 6 - Definição das atribuições aos membros da Comissão _____	17
ATIVIDADES QUE PODEM SER DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO _____	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	19
ANEXO 1: MODELOS DE FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA	
1 - SONDADEM DE ESTUDANTES REPROVADOS _____	20
2 - SONDADEM DE ESTUDANTES INGRESSANTES _____	22
REFERÊNCIAS _____	23

ENTENDENDO A EVASÃO E REPROVAÇÃO ESCOLAR

O termo evasão escolar (Dourado, 2016) leva em conta o abandono do estudante da sala de aula, o trancamento e cancelamento de matrícula, a transferência externa e o desligamento da instituição. Já a reprovação escolar é quando o estudante não consegue o prosseguimento dos estudos por não ter alcançado a média desejada em determinada escola.

As taxas de evasão e reprovação escolar no ensino médio integrado ao profissional no Brasil, em 2017, foram de 19,92% segundo a Plataforma Nilo Peçanha (MEC, 2019), que reúne dados e indicadores de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. Entretanto, esses números podem ser muito mais altos em algumas instituições, e especialmente em alguns cursos. O CEFET – MG, Campus Leopoldina, por exemplo, apresentou no mesmo ano, taxas de evasão e reprovação escolar de 31%, sendo esta a taxa média dos três cursos técnicos integrados. Se tomar apenas a taxa de evasão e reprovação escolar no primeiro ano do curso Técnico em Informática, o percentual de evasão e reprovação sobe para 55% (BARBOSA, 2019).

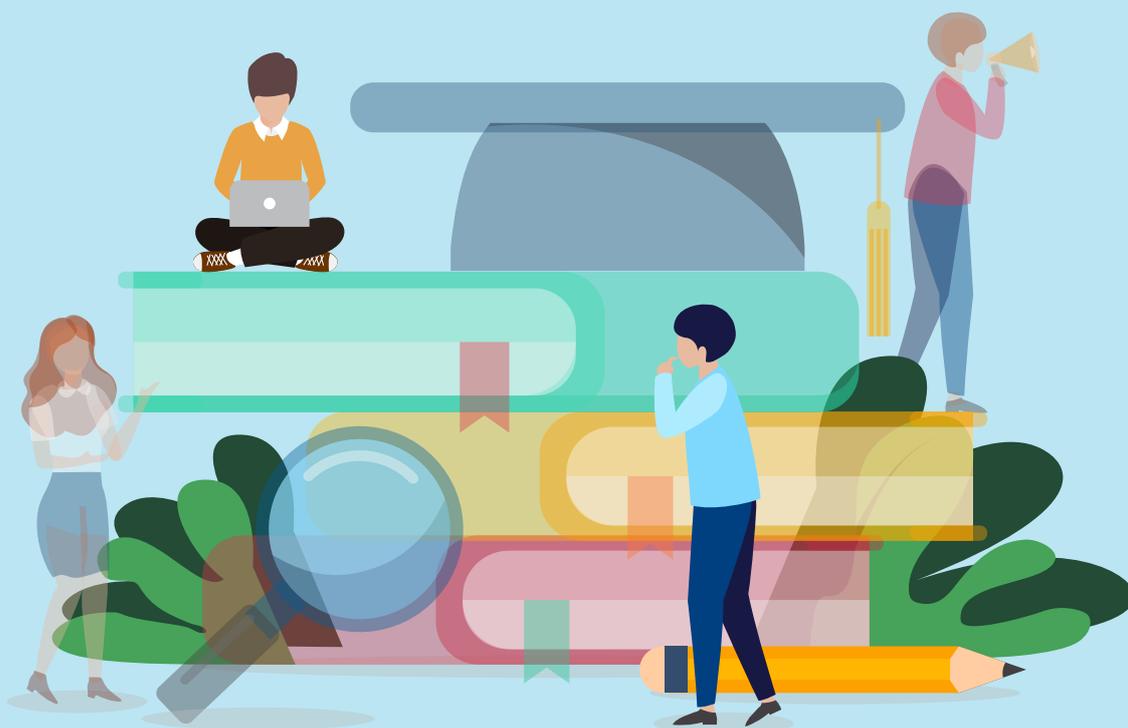
O Relatório da Comissão de Permanência e Êxito da Instituição retrata o problema em todos os seus *campi* e chama atenção dos gestores para o problema. O documento elaborado em 2016 aponta ainda as principais causas relacionadas ao problema, como falta de diálogo entre coordenações das disciplinas de núcleo comum e disciplinas específicas, de acompanhamento pedagógico efetivo e contínuo aos alunos e professores, de realização de contato com os alunos que apresentam faltas consecutivas ou com seus responsáveis, além das poucas estratégias para motivações desses educandos (CEFET-MG, 2016).



ENTENDENDO A EVASÃO E REPROVAÇÃO ESCOLAR

A evasão e reprovação escolar é um processo complexo que envolve diversos fatores internos e externos à escola. Sua compreensão perpassa pela análise de todo o contexto escolar e extraescolar do discente. Para Lacerda (2007) é necessário discutir as causas que provocam a evasão e reprovação escolar, possibilitando a tomada de consciência por todos os envolvidos. Ou seja, a situação exige ações transdisciplinares que somam o coletivo de profissionais com os próprios estudantes, os quais atuam de modo cooperativo na solução do problema.

A evasão e reprovação escolar pode, portanto, se configurar em várias situações e níveis de complexidade, exigindo estudos e observações para a sua compreensão e subsídio às ações. Neste sentido a criação da CPE (em acordo com a Nota Informativa nº 138/2015/CPE/DDR/SETEC/MEC), envolvendo diferentes profissionais e áreas do conhecimento, pode ser estratégica para entendimento dos possíveis problemas, bem como a melhor forma de solucioná-los numa decisão coletiva. À esse coletivo foi proposto o nome Comissão de Permanência e Êxito, que já apresenta uma conotação positiva, apontando para a solução que se deseja: a permanência e o êxito dos estudantes.



O PAPEL DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

A Comissão de Permanência e Êxito exerce papel muito importante frente ao problema, especialmente por ser a instância formal criada com este objetivo. À ela também é atribuída a mobilização do coletivo de profissionais dos diferentes setores da instituição, oportunizando colocar em pauta a temática e propor soluções. Uma pesquisa feita por DORE, SALES e CASTRO (2014), sobre a evasão nos cursos técnicos de nível médio na rede federal de Educação Profissional de Minas Gerais, elenca diversos fatores e aponta a grande dificuldade das escolas em atuar no problema. Dourado (2016), também realizou análise dos fatores intraescolares da evasão escolar como base para criação do observatório pedagógico institucional no campus Irecê/Bahia. Este observatório seria um grupo de estudos com responsabilidade de acompanhamento discente e promoção de cursos de capacitação pedagógica dos docentes, desenvolvendo principalmente trabalhos com os estudantes em situação de fracasso escolar.

A fundamentação legal para atuação da Comissão pode ser verificada na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Constituição Federal no seu artigo 205, dispõe que:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)."

O PAPEL DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

Já o artigo 206 complementa que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (BRASIL, 1988). Portanto, as instituições escolares, públicas, ou não, os profissionais, assumem atribuições importantes em relação ao processo educacional destes adolescentes e jovens, sendo responsável não somente pelo acesso, mas também à permanência destes na escola. A responsabilidade se estende também às dimensões familiares e comunidade na qual estes se inserem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 53, reforça o que diz a Constituição acerca do acesso e a permanência destes na escola, visando ao pleno desenvolvimento, preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Apesar do amparo legal, as condições para o acesso às escolas ainda não são de igualdade, e os dados de evasão e reprovação mostram que não basta o ingresso na instituição educacional. Há outros problemas que impedem, ou dificultam, a permanência como: distância da moradia em relação à escola, falta de base do ensino fundamental, carga horária elevada, problemas estruturais familiares, além de outros como, a não identificação com curso e o desinteresse pela nova escola. Esses são apenas alguns problemas enumerados, os quais podem afetar o estudante e, em consequência, ocorrer o insucesso escolar. As causas são diversas e às vezes, de difícil solução e atuação do ponto de vista institucional, porém é possível ao menos pautar o problema, junto às famílias, junto ao coletivo e tentar solucionar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 12, responsabiliza a instituição de ensino por informar pai, mãe ou responsáveis legais, acerca da proposta pedagógica, da frequência e do rendimento dos estudantes. Determina, ainda, notificar ao Conselho Tutelar do município sobre os estudantes que apresentam mais de 30% (trinta por cento) de faltas permitidas.

O PAPEL DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

Essa atribuição da instituição, garantida na LDB, deixa claro que a instituição é a responsável legal pelo jovem e, que cabe a esta, informar à família sobre o que se passa com o estudante durante o período em que se encontra na instituição.

Da parte da família, o esperado é que esse jovem, durante o tempo escolar, seja monitorado pelos profissionais da instituição, esteja aprendendo e participando das atividades. Caso contrário, entende-se que ele não está aproveitando bem o seu tempo, o que resultará no baixo rendimento dos estudos.

Da parte da instituição, há diversos profissionais que lidam com os estudantes. Todos estão envolvidos no processo educacional, cada um com sua especificidade em relação ao trabalho. O professor que conduz a disciplina na sala de aula, o psicólogo que trata da parte emocional, a coordenação pedagógica que chama atenção para as práticas que beneficiam os processos de aprendizagem dos alunos e propõe formas de avaliação mais inovadoras junto aos professores. Contudo, todos são igualmente responsáveis pelo bom funcionamento da instituição e, em consequência, pelo sucesso dos estudantes. É importante ressaltar que o trabalho da Comissão de Permanência e Êxito deve prezar pelo diálogo com este coletivo de profissionais e deve ser contínuo, com ações durante todo o ano, em sintonia com o calendário escolar.



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA COMISSÃO:

Passo 1 - É importante ter uma coordenação

Preferencialmente o coordenador da Comissão deve estar lotado na Coordenação Pedagógica, sendo este o setor que promove uma maior integração dos indivíduos que fazem parte do processo ensino-aprendizagem. O coordenador da comissão é aquele que atua entre a direção e os educadores, mas também se relaciona com os estudantes e seus familiares. Tem papel estratégico na mediação entre as diferentes instâncias educacionais, exercendo funções de articulação, formação e transformação. Deve promover uma formação continuada com os docentes, ajudando na reflexão das práticas didáticas e processos avaliativos. Oferece, ainda, suporte para que os estudantes aprendam da melhor maneira possível. É o setor que contribui com as práticas adequadas para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico da escola, de modo a beneficiar toda a comunidade escolar.

Para as instituições maiores, é importante analisar a estrutura organizacional, identificar o setor da coordenação e a quem ela estará diretamente vinculada para estabelecer o organograma da comissão. A figura 1 apresenta um modelo de Organograma para a CPE, dentro de uma instituição com estrutura organizacional simplificada.

Figura 1: Exemplo de Organograma da Comissão de Permanência e Êxito



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA COMISSÃO:

Passo 2 - Composição da Comissão

Todos os setores envolvidos diretamente com os estudantes devem compor a CPE por meio de um representante, de preferência eleito entre os seus pares para esta função. Também é importante que se tenha uma representação dos pais/responsáveis bem como dos estudantes. Veja o exemplo de composição a seguir:



Representantes docentes que atuam nos cursos (departamentos ou coordenações);



Chefia imediata do setor no qual está localizada a CPE*.

*Preferencialmente no setor da Coordenação Pedagógica;



Estudantes representantes dos cursos;



Assistência Estudantil (psicólogo, assistente social e assistente de alunos);



Servidores da Coordenação Pedagógica;



Pais ou responsáveis.

Em alguns casos, é necessário ter mais de um representante docente ou dos estudantes, devido a particularidades dos cursos e de períodos, os quais se somam a situações específicas, que devem ser contempladas nas discussões coletivas.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA COMISSÃO:

Passo 3 - Espaço físico reservado à Comissão

É importante dispor de um espaço físico adequado para os atendimentos aos discentes, docentes, familiares e comunidade acadêmica, além de sediar as reuniões da CPE, e servir de ponto de apoio para receber convidados e/ou parceiros. O espaço deve dispor de recursos mínimos (computadores, telefone, internet, notebooks, impressora, data show, gravadores, filmadora, mesas, armários e cadeiras), além de outros itens que podem ser requeridos e requisitados à administração quando forem necessários.

Em relação aos recursos humanos, além de contar com os profissionais da instituição e dos pais que compõem a Comissão, também se recomenda o apoio de uma secretária para redigir a ata das reuniões e organizar demais registros.



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA COMISSÃO:

Passo 4 - Planejamento das reuniões

A CPE deve ter um planejamento anual de trabalho, com um calendário de reuniões ordinárias mensais, definido no início do ano letivo, com a possibilidade de reuniões extraordinárias em caso de urgência. O dia da semana e horário da reunião devem ser definidos em consulta ao coletivo, tentando garantir a frequência de todos nas reuniões. Também é importante avaliar os trabalhos da comissão ao final do ano.

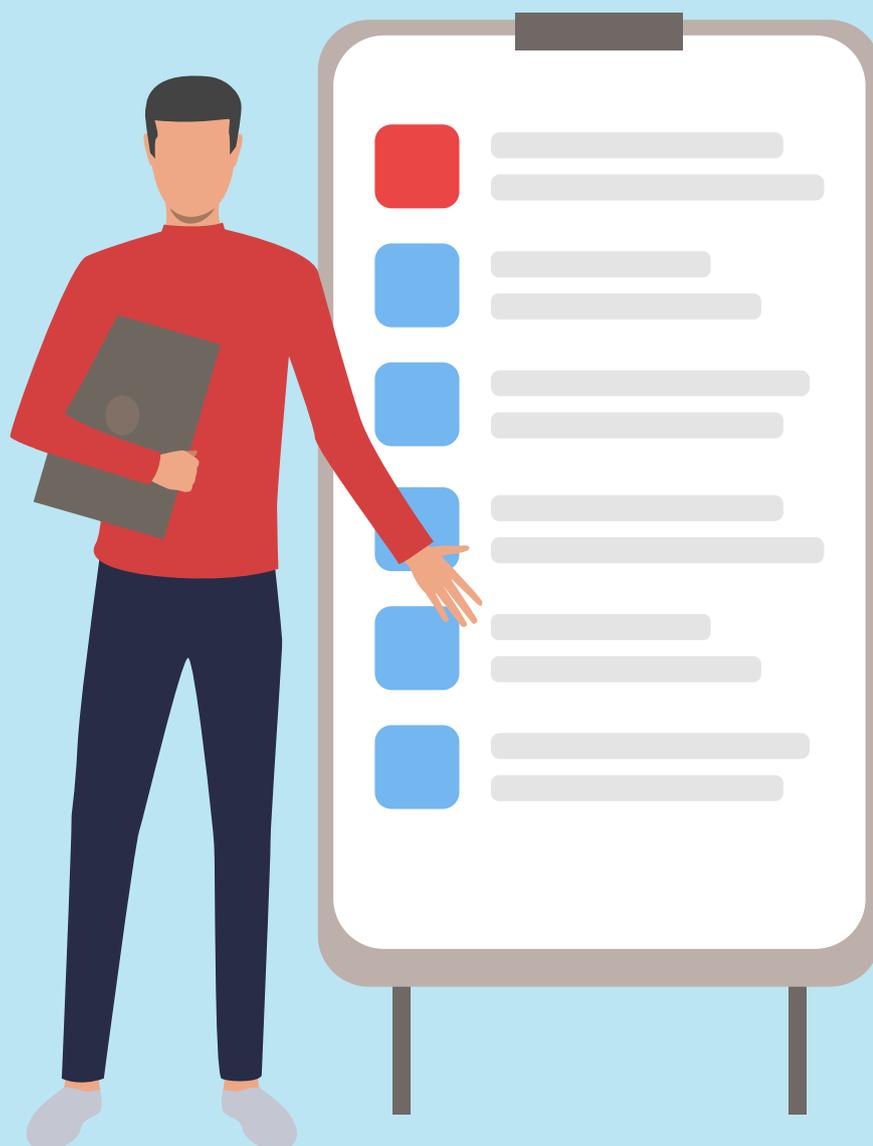
Logo, deve-se reservar a primeira reunião para planejamento e a última para a avaliação dos trabalhos anuais.



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA COMISSÃO:

Passo 5 - Metodologia de trabalho da Comissão

A metodologia utilizada na condução dos trabalhos da CPE deverá prezar por métodos participativos como as rodas de conversa. Elas permitem que as pessoas, em um processo coletivo e dialógico, apresentam seus pontos de vistas (contraditórios ou não), suas histórias e opiniões sobre determinada temática (normalmente um problema humano ou social), a qual passa a ser compreendida e/ou explorada pelo grupo (CRESWELL, 2010; MÉLLO et al., 2007). Desta forma, a atuação da Comissão estará fundamentada na compreensão de todos os seus membros acerca da temática. Essa compreensão coletiva, contextualizada, é o elemento essencial necessário para se efetivar os ajustes necessários, rumo a realidade desejada.



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA COMISSÃO:

Passo 6 - Definição das atribuições aos membros da Comissão

É importante definir as atribuições de cada membro da CPE, distribuindo as tarefas previstas entre estes. Alguns exemplos de atribuições estão no quadro 1.

Quadro 1: Atribuições dos membros da Comissão de Permanência e Êxito.

MEMBRO	FUNÇÃO
Coordenação Pedagógica	Realizar o diagnóstico estudantil e identificar riscos de evasão e repetência; Planejar e possibilitar a formação de grupos entre os estudantes; Organizar palestras para os docentes, mostrando a realidade da instituição e de formação continuada; Ofertar apoio pedagógico para os docentes; Promover atividades de integração entre docentes e estudantes que precisarem de um maior acompanhamento; Reunir com os pais de estudantes que necessitam de apoio.
Coordenação de Política Estudantil	Tomar ciência do diagnóstico e situações necessárias de intervenção; Intervir com os estudantes em relação à assistência social e psicológica; Promover palestra aos estudantes sobre ansiedade e motivação; Promover reunião com os pais de estudantes que necessitam de apoio.
Diretoria de Ensino	Acompanhar e apoiar os trabalhos da CPE; Institucionalizar a CPE; Convocar, quando necessário, servidores para apoiar/participar das atividades.
Representantes dos docentes	Verificar cotidianamente com a turma possíveis problemas com relação ao comportamento, às notas e faltas; Representar os docentes quanto à alguma dificuldade pedagógica e/ou de relacionamento com os estudantes e servidores.
Representantes dos discentes	Ser o porta-voz da turma; Trazer para a CPE os problemas reivindicados pelos estudantes; Verificar problemas de relacionamento estudante-professor ou servidor; Verificar possíveis abandonos/faltas frequentes de estudantes
Representantes dos pais	Enriquecer as discussões na reunião; Promover o engajamento da instituição com a comunidade e seus filhos.

ATIVIDADES QUE PODEM SER DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO:

Elaboração de diagnóstico (levantamento de campo com estudantes e famílias) sobre os fatores que influenciam a evasão e a reprovação. Vide anexo 1 (modelo de formulário para sondagem de estudantes repetentes e ingressantes);

Planejamento de intervenção coletiva (reuniões, palestras, rodas de conversa) e de intervenções individuais (planejamento de estudos, atendimento individualizado) com os estudantes;

Promoção de palestras e eventos (palestras, seminários) de formação docente;

Identificar as disciplinas com maior dificuldade de compreensão por parte dos estudantes, e sugerir Editais de monitorias;

Estabelecimento de estratégias metodológicas para a reunião de pais/responsáveis (horários, atrações, disponibilização das informações, acesso dos pais aos professores);

Planejamento, junto aos docentes, da entrega de notas em tempo hábil para os estudantes;

Viabilização de parcerias para oferta de palestras, oficinas e outros eventos formativos sobre temas de interesse da comunidade acadêmica, como ansiedade, motivação e outros;

Estabelecimento de formas eficientes de comunicação dos estudantes, família e comunidade acadêmica com a Comissão, como a criação de um blog "Fale com a CPE".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que a evasão e a reprovação escolar não são problemas unidimensionais. É complexo, mas é necessário estar na pauta de discussão das instituições, por isso, é importante um direcionamento institucional por parte dos gestores, buscando o envolvimento dos profissionais da instituição, junto aos estudantes e às famílias, a fim de estabelecer o comprometimento de este coletivo para a minimização do problema.

Para a efetividade e produtividade da Comissão e um aperfeiçoamento constante da política institucional, o acompanhamento deve ser feito durante todo o ano, sendo a avaliação dos trabalhos de suma importância. Além disso, cada instituição tem uma realidade com suas especificidades em relação à evasão e reprovação, as quais devem ser consideradas.

Também é fundamental pontuar que a intenção deste manual não é estabelecer um método ou receita para o trabalho da Comissão, mas guiar suas atividades, valorizando-a como instrumento para se estabelecer uma política de acompanhamento dos discentes, especialmente os que estão sob risco de evasão e reprovação.

Por fim, **se pode pontuar aqui os condicionantes do trabalho da comissão:** i) Deve haver, sempre que necessário, apoio e intervenção da diretoria geral para os andamentos dos trabalhos da CPE; ii) É necessário que se tenha uma reserva financeira mínima do Campus para a garantia de investimentos necessários às demandas da Comissão iii) Deve haver empenho da instituição para contornar questões burocráticas relacionadas ao atendimento discente, articulação docente e integração da escola com a família e comunidade.



ANEXO 1: MODELOS DE FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA

ANEXO 1: MODELOS DE FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA

1. SONDAGEM DE ESTUDANTES REPROVADOS

As informações abaixo serão utilizadas para traçar um perfil de trabalho para o ano letivo e serão analisadas apenas pela Comissão de Permanência e Êxito da escola, que está empenhada em ajudá-lo neste ano. Portanto, seja sincero nas respostas.

Parte 1: Identificação

- Nome:
- e-mail:
- Telefone:
- Reside na cidade da instituição? () Sim () Não:
- Onde mora?
- Você reside: () Com a família. () Em república. () Outros:
- Estudou o 9º ano na escola:
- Qual o seu curso na instituição?
- Quantas disciplinas você cursa?
- Disciplinas que tem mais facilidade? Por quê?
- Disciplinas que tem mais dificuldade? Por quê?
- Quais estratégias são utilizadas para solucionar os problemas com determinadas disciplinas?

Parte 2: Dados gerais. Marque as alternativas abaixo de acordo com a escala de 0 a 5:

ESCALA	0	1	2	3	4	5
Gosto de estudar.						
Gosto de estudar na instituição.						
Estudo na instituição por minha escolha.						
Estudo na instituição por escolha de meus pais ou familiares.						
Tive apoio dos pais ou responsáveis no ano letivo anterior.						
A carga horária da instituição exigiu uma sobrecarga de atividades.						
No ano passado tive problema de saúde que prejudicou meus estudos.						
No ano passado tive problema na família que prejudicou meus estudos.						
No ano passado tive outro problema influenciando meu rendimento.						
No ano passado faltou motivação para estudar.						
O uso de redes sociais, jogos, videogame, outros atrapalharam os estudos.						
Compartilhei com meus pais minha situação acadêmica.						
Conheço as Normas Acadêmicas da instituição.						
Consulto as Normas Acadêmicas.						

ANEXO 1: MODELOS DE FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA

A liberdade que encontrei na instituição atrapalhou o meu desempenho, pois não administrei bem essa situação.									
Em relação à sua reprovação.									
Empenhei-me bastante, mas não fui aprovado.									
Tive dificuldade em compreender o conteúdo, pois não entendia o que o professor ensinava.									
Senti vergonha de perguntar ao professor um conteúdo não entendido, por medo de chacota por parte do docente.									
Senti vergonha de perguntar ao professor um conteúdo não entendido, por medo de chacota por parte dos colegas de classe.									
Recebi o acompanhamento do professor.									
Recebi o retorno de minhas notas em tempo hábil.									
Procurei ajuda enquanto tinha condição de recuperar minha nota.									
Procurei ajuda em algum momento.									
Recebi auxílio de algum setor da instituição. Se sim, qual(is)? _____									
Faltou uma base forte até o ensino fundamental. Por isso, tive muita dificuldade no ensino médio.									
A falta de professor prejudicou meu desempenho.									
Aulas não repostas pelos professores prejudicaram meu rendimento.									
A recuperação paralela não foi suficiente para recuperar minha nota.									
Particpei das aulas de monitoria oferecidas.									
As aulas de monitoria me ajudaram a entender o conteúdo.									
Estudo só na véspera da avaliação.									
Estudo com menos de uma semana de antecedência das avaliações.									
Estudo com uma semana ou mais de antecedência para as avaliações.									
Acompanhei minhas notas e faltas pelo Sistema Acadêmico.									
Para o ano letivo:									
Estou motivado.									
Estou satisfeito com a instituição.									
Estou empenhado em melhorar meu rendimento.									
Tenho um planejamento de estudo para este ano.									
Estou empenhado em motivar meus novos amigos a se esforçarem.									
Estou receptivo a receber ajuda para melhorar meu rendimento.									
Estou passando por problemas/dificuldades que interferem em meu desempenho.									

Há mais alguma informação importante que gostaria de acrescentar? _____

Obrigada pela atenção!

Em breve, entraremos em contato com você para uma conversa!

Comissão de Permanência e Êxito

ANEXO 1: MODELOS DE FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA

2. SONDAAGEM DE ESTUDANTES INGRESSANTES

Nome:

Curso:

1. Por que escolheu este curso?

- Identificação com a área
- Influência externa
- Oportunidade de trabalho futuro
- Marketing da Instituição
- Outros: Qual/quais?

2. Qual a sua expectativa?

- Melhor aprendizagem
- Formação para o trabalho
- Formar
- Degrau para o ensino superior
- Outros: Qual/quais?

3. Tem algum receio ou medo quanto à instituição e ao curso que escolheu?

- Não
- Ser reprovado
- Não gostar
- Outros: Qual/quais?

4. Qual a sua primeira impressão da escola?

- Qualidade do ensino
- Ótima infraestrutura
- Profissionais capacitados
- Ambiente agradável
- Exige esforço
- Outros: Qual/quais?

5. Mora com:

- Pais
- Só com a mãe
- Só com o pai
- República
- Outros: Qual/quais?

6. Cidade de origem: _____ Cidade em que mora este ano: _____

7. Entrou por cota?

- Não Sim. Qual?

Foi bem recepcionado pelos veteranos?

- Sim Não. O que aconteceu? _____

Sofreu algum tipo de trote e/ou bullying?

- Não Sim. O que aconteceu? _____

O que você achou dos professores?

- Qualificados
- Dedicados
- Não ensinam direito
- Exigentes
- Outros: Qual/quais

Obrigada pela atenção!

Em breve, entraremos em contato com você para uma conversa!

Comissão de Permanência e Êxito

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. F. Evasão e reprovação no ensino médio integrado no CEFET-MG Campus Leopoldina: Uma proposta de Manual para a Comissão de Permanência e Êxito. Rio Pomba: Instituto Federal Sudeste Minas Gerais, 2019

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16dez.2018

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.

_____. MEC. Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CEFET-MG. Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET-MG (2011-2014). Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais., 2016. p. 39-40.

CRESWELL, John. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. de. Evasão nos cursos técnicos de nível médio na rede federal de Educação Profissional de Minas Gerais. In: DORE, R.; ARAÚJO, A. C. de; MENDES, J. de S. (Orgs.). Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/ CEPROTEC/ RIMEPES, 2014.

DOURADO, A. M. D. S. Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia: Análise dos fatores intraescolares da evasão como base para criação do observatório pedagógico institucional no campus Irecê/Bahia. Salvador: UNEB, 2016. Disponível em: <<http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/430/1/DISSERTACAO%20AMANDA%20MENDES.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

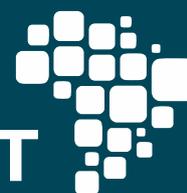
LACERDA, C. K. F. R. Gestão escolar dia a dia. Secretaria de Estado de Educação do Paraná, 2007. Disponível em: <http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_chislaine_keile_fernandes_ruiz_lacerda.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MÉLLO, R. P. et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. Psicologia e Sociedade, v. 19, n. 3, p. 26-32, 2007.

SETEC/MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Nota informativa nº 138/2015/DPE/DDR. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos planos estratégicos institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/proreitorias/ensino/permanenciaeexito/documentos/documentos/2015%20Nota%20Informativa%20n%C2%B0%20138%20_2015_DPE_DDR_SETEC_MEC%282%29.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUDESTE DE MINAS GERAIS**



PROFEPT

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL
SUDESTE DE MINAS GERAIS**